

## **O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ A PARTIR DA INCLUSÃO LABORAL DOS JOVENS APRENDIZES ATENDIDOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - CAMPUS ESTRUTURAL**

**The socioeconomic impact of the implementation of the Young Apprentice Program  
considering the labor inclusion of young learners attended by the Federal Institute  
of Brasilia – Structural Campus**

**Priscila de Fátima Silva**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Brasil

[priscila.silva@ifb.edu.br](mailto:priscila.silva@ifb.edu.br)

**Paulo Coelho Dias**

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE-IUL) e Escola Superior de  
Educação – Instituto Politécnico de Santarém (ESE-IPS), Portugal

[paulo.dias@ese.ipsantarem.pt](mailto:paulo.dias@ese.ipsantarem.pt)

**Francisco Póvoas**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Brasil

[francisco.povoas@ifb.edu.br](mailto:francisco.povoas@ifb.edu.br)

### **RESUMO**

Este artigo trata de uma pesquisa realizada com jovens ex alunos do Curso de Jovem Aprendiz Auxiliar de Mecânico de Autos do Instituto Federal de Brasília – *Campus Estrutural*, no Brasil. O objetivo da investigação foi analisar o impacto da aprendizagem profissional (Programa Jovem Aprendiz), a partir da inclusão socioeconômica e profissional dos jovens aprendizes atendidos no período entre 2013 e 2015. Metodologicamente, a realização da pesquisa de campo focou-se numa abordagem complementar entre procedimentos quantitativos e qualitativos. A população amostral foi composta por dez jovens, sendo duas mulheres e oito homens, e de um professor do IFB. O Plano de Observação para o levantamento dos dados primários pautou-se pelo uso da técnica de inquérito por entrevistas não estruturadas e semiestruturadas. Em termos de Resultados, constatou-se, com base na técnica de análise de conteúdo, que a maioria dos jovens recebeu proposta de emprego ao concluir a aprendizagem. Na visão dos que não receberam (minoria), os fatores que contribuíram para não terem recebido uma proposta estão relacionados à desaceleração econômica, à questão de gênero e à política da empresa. Ambos os grupos reconheceram melhorias socioeconômicas pessoais e familiares pela participação no Programa. Por fim, os

resultados obtidos evidenciaram a relevância que a aprendizagem profissional tem, como uma política pública voltada para inserção laboral de jovens, por englobar, pelo menos, duas dimensões fundamentais à inclusão social do público juvenil que são o trabalho e a educação.

**Palavras-chave:** Aprendizagem profissional, Formação profissional no IFB, Jovem aprendiz

## ABSTRACT

This article deals with a survey of young graduates from the «Mechanic Autos Helper» offered by the Federal Institute of Brasília – Campus Structural, in Brazil. The objective of this research was to analyze the impact of professional learning (program young apprentice), and the socioeconomic and professional inclusion of this young apprentices, in the period between 2013 and 2015. Methodologically, the research focused on a complementary approach between quantitative and qualitative procedures. The sample survey consisted of ten young people, two women and eight men, and one professor of the IFB. The Observation Plan used for the survey of the primary data consisted of using unstructured and semi-structured interviews. As to the Results, it was noted, based on content analysis technique, which most young people received job offer at the end of the course. For those who did not receive any offer (the minority of them), the factors that have contributed for the lack of an employment offer are related to the economic downturn, issues of gender and the policy of the company. Both groups recognized personal and family socio economic improvements as a result of the participation in the program. Finally, the results obtained showed the relevance that the professional learning has as a public policy focused on the labor insertion of young people because it includes at least two fundamental dimensions to social inclusion of youth public work and education.

**Keywords:** Professional learning, Professional training in Federal Institute of Brasília, Young apprentice

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente um dos grandes desafios do jovem no Brasil é o seu ingresso no mundo do trabalho, principalmente no mercado formal, porque muitos deles não têm nenhuma experiência profissional e, mormente, carecem de uma qualificação para atuar na área pretendida. Soma-se a isso um ensino médio que pouco prepara o jovem para exercer uma atividade laboral, além de existir um número insuficiente de vagas para absorver todos os jovens interessados em ingressar no ensino superior ou na educação profissional técnica de nível médio, embora o acesso tenha sido ampliado nos últimos anos.

No intuito de inserir adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal, o Ministério do Trabalho (MTb) tem lançado mão da aprendizagem profissional como uma política pública federal voltada para a inclusão laboral desse público. A intenção é facultar aos jovens atendidos uma situação de trabalho que respeite a sua condição de pessoa em desenvolvimento, garanta os seus direitos laborais e promova a sua formação profissional inicial, sem que, para isso, precise comprometer a conclusão do ensino fundamental e médio, se ainda for o caso.

A aprendizagem profissional, também conhecida como Programa Jovem Aprendiz, está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) brasileiras. O seu instituto possibilita ao adolescente e jovem, com idade entre 14 e 24 anos incompletos,<sup>1</sup> ser contratado como aprendiz por empresas obrigadas a cumprir cotas de aprendizagem, recebendo formação técnico-profissional metódica e auferindo, mensalmente, uma remuneração pelo desenvolvimento da sua jornada de trabalho,

---

<sup>1</sup> Esse limite de idade não se aplica a pessoas com necessidades educativas especiais (Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005).

incluídas as horas dedicadas à sua formação técnica. Ao final do curso de aprendizagem, o jovem é devidamente certificado pela instituição responsável pela formação profissional.

Como forma de integrar esta política pública com a política de educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação (MEC), em 15 de dezembro de 2009, o Instituto Federal de Brasília (IFB), instituição pública de ensino pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e o Ministério do Trabalho assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de programas piloto de aprendizagem profissional, já a partir de 2010. Esse acordo teve por objetivo promover a inclusão laboral do público jovem, beneficiário da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, na perspectiva de colaborar com o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal (DF) e das regiões circundantes.

Para fins de execução, o acordo estabelecido entre o IFB e o MTE previa a elaboração de programas de aprendizagem operacionalizados por meio do sistema dual, ou seja, com a previsão de uma carga horária destinada ao desenvolvimento, pelo aprendiz, de atividades teórico-práticas em sala de aula, no IFB, e de práticas profissionais na empresa responsável pela sua contratação. Além disso, os cursos oferecidos deveriam estar em consonância com as necessidades locais de formação de trabalhadores, nos vários setores econômicos do DF, e com a vocação dos *campi*, no que se refere à oferta de formação profissional, de forma a ampliar as possibilidades dos aprendizes serem efetivados após o término da aprendizagem. Prioritariamente, o público-alvo a ser beneficiado pelo Acordo deveria ser adolescentes e jovens com idade até 22 anos e seis meses incompletos e que já tivesse concluído o ensino médio.

Nessa perspectiva, em 2013, o *Campus Estrutural*, unidade de ensino do Instituto Federal de Brasília, implementou o Programa Jovem Aprendiz de Auxiliar de Mecânico de Autos, considerando a sua *expertise* na área da mecânica de automóveis. A proposta pautou-se pela oferta de uma formação técnico-profissional metódica *voltada para* a inclusão de jovens no mercado de trabalho formal, indo ao encontro das necessidades de contratação de aprendizes por empresas circunvizinhas ao *Campus* ou em outras localidades do Distrito Federal.

Nesse sentido, e tendo por base a experiência de oferta da Aprendizagem Profissional pelo *Campus Estrutural*, procurámos nesta investigação analisar o impacto do supra mencionado Programa Jovem Aprendiz, a partir da inclusão socioeconômica e profissional dos jovens aprendizes abrangidos por esse Programa, no período entre 2013 e 2015. Uma das principais razões que nos motivou ao desenvolvimento da presente investigação foi a ausência de estudos empíricos realizados, no âmbito do IFB, sobre esta temática, e que poderiam colaborar com a Instituição na avaliação dos impactos da implementação desse Programa e no aprimoramento da sua execução.

A questão de investigação subjacente a este estudo é a seguinte: “*Qual o impacto socioeconômico da implementação do Programa Jovem Aprendiz a partir da inclusão laboral dos jovens aprendizes atendidos pelo IFB - Campus Estrutural?*”

No intuito de dar resposta a essa questão, os objetivos específicos deste trabalho foram, além de investigar as contribuições do Programa Jovem Aprendiz sob o ponto de vista dos entrevistados, saber se os aprendizes que concluíram cursos de aprendizagem ofertados pelo *Campus Estrutural*:

- Alcançaram melhorias nas condições de vida ao participarem do Programa;
- Conseguiram que a sua contratação fosse efetivada pela empresa, após o término do contrato de aprendizagem;
- Obtiveram maior facilidade para conseguir um emprego formal noutra empresa, após o término da aprendizagem.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Diversas concepções sobre o conceito de juventude**

O conceito de juventude perpassa por características psicológicas, sociológicas e cronológicas dos indivíduos. Pode ter enfoques diferenciados e muitas vezes surge adstrito à definição de adolescência. Freitas (2005) explica que o termo adolescência geralmente é utilizado por psicólogos

para descrever ou se referir a processos como a puberdade, aos comportamentos desencadeados pela mudança de *status*, às oscilações emocionais e a outras características marcantes nessa fase da vida. Já o termo juventude é mais utilizado por sociólogos, historiadores e demógrafos ao se referirem, por exemplo, a uma categoria social, a um segmento populacional, a uma geração historicamente contextualizada ou a atores sociais num espaço público.

Pappámikail (2011) esclarece que a forma como concebemos a juventude enquanto fase da vida e categoria social é um produto da modernidade. O jovem é identificado por já não ser criança, mas, também, por ainda não ser um adulto, nomeadamente maduro, responsável, autônomo e independente. Ou seja, o sujeito encontra-se num período de transição. Segundo a autora, a juventude é, por sua vez, uma categoria social de definição complexa, tendo sido objeto de constante interesse e intervenção por parte de investigadores e agentes políticos num território bastante fértil para a emissão de juízos de valor, fruto das representações sociais que as pessoas têm sobre a juventude.

De acordo com Pais (1990), a sociologia da juventude, ao oscilar entre duas tendências, ora a toma como um conjunto social que tem por atributo principal o facto de ser constituída por indivíduos que fazem parte de uma determinada “fase da vida” (prevalecendo entre os pesquisadores a procura por aspetos que a caracterizam de forma mais homogênea e uniforme, aspetos estes pertencentes a uma chamada “cultura juvenil”); ora a juventude é concebida como um conjunto social diverso, com diferentes “culturas juvenis”, em função das diversas classes sociais de origem, de situações económicas, de interesses, de oportunidades ocupacionais, dentre outras.

Na Constituição Federal<sup>2</sup> brasileira, o termo juventude passou a ter maior visibilidade a partir do ano de 2010, por meio de emenda à Constituição<sup>3</sup>, com a inclusão da palavra “jovem” aos termos “família”, “criança”, “adolescente” e “idoso”, estendendo a esse público os direitos assegurados às crianças e aos adolescentes. Outro marco na Constituição foi a previsão legal da criação de um estatuto e de um plano nacional orientado para as questões da juventude, isto porque, até o lançamento do Estatuto da Juventude (EJ)<sup>4</sup>, em 2013, os direitos de toda uma parcela da população jovem, acima dos dezoito anos de idade, ainda não tinham sido regulamentados. No Estatuto da Juventude, por exemplo, o segmento a ser contemplado são as pessoas jovens com idade entre quinze e vinte e nove anos. No caso dos adolescentes, o documento traz uma ressalva quanto à sua aplicabilidade junto a esse público devendo o mesmo ocorrer em casos excepcionais e quando não entrar em conflito com as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em relação à faixa etária que caracteriza os jovens, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), ao se posicionarem sobre a questão da juventude, no relatório intitulado “Trabalho Decente e Juventude no Brasil”, publicado, em 2009, pela OIT, esclareceram que, diante do prolongamento dessa fase de vida pelas pessoas, o Governo Federal passou a adotar uma faixa etária maior para definição do público juvenil, estendendo a idade dos 24 anos até os 29 anos de idade. Nesse caso, explicam, a juventude passa a contemplar os “adolescentes-jovens”, com idade entre 15 e 17 anos; os “jovens-jovem”, na faixa etária entre 18 e 24 anos; e os “jovens-adultos”, entre 25 e 29 anos de idade. Segundo essas instâncias governamentais, esse recorte auxilia o governo na tomada de decisão no momento de destinar recursos e na forma como deve prestar serviços e estabelecer programas e projetos (Costanzi, 2009).

Embora o conceito de juventude, em função dos seus atributos simbólicos, ultrapasse, em grande medida, os limites etários do ciclo de vida, mesmo que “a associação de determinadas performances a uma faixa etária cujo corpo se reconhece jovem, permaneça um incontornável traço da representação normativa daquele grupo social” (Pappámikail, 2011, p.87), especificamente neste estudo a noção de juventude estará circunscrita a uma determinada faixa etária, tendo em vista ser este um dos critérios principais para se definir o que é ser jovem, no Brasil.

---

<sup>2</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988.

<sup>3</sup> Emenda Constitucional nº 65, de 2010.

<sup>4</sup> Instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

## **2.2 Vulnerabilidade juvenil**

Vignoli (2001), no seu trabalho sobre vulnerabilidade e grupos vulneráveis, no qual analisa a condição dos jovens na sociedade contemporânea, explica que a juventude tem sido tipicamente considerada entre os chamados "grupos vulneráveis", correspondendo a segmentos vulneráveis da população formados por crianças, idosos, mulheres, mulheres chefes de família e povos indígenas. São pessoas que, por se encontrarem em situações de desamparo, por diversas razões, necessitam de um tratamento especial por parte das políticas públicas. Nesse sentido, ao tratarmos da condição juvenil torna-se relevante compreendermos sobretudo os processos que vulnerabilizam e excluem socialmente as pessoas, consequentemente os jovens.

Sobre a vulnerabilidade juvenil, Vignoli (2001) explica que atualmente os jovens de camadas sociais mais populares, sejam eles urbanos ou rurais, estão expostos a um risco de exclusão social sem precedentes decorrentes de uma convergência de fatores determinantes que, desde o mercado de trabalho, o Estado e a sociedade, tendem a concentrar a pobreza entre os jovens e a afastá-los do "curso central" da estrutura social. Este autor subdivide em três dimensões as forças que geram a vulnerabilidade juvenil: a vital, isto é, os riscos inerentes à posição do jovem no ciclo de vida das pessoas; a institucional, ou seja, as desvantagens decorrentes da sua relação assimétrica com as instituições do mundo adulto; e a inserção socioeconômica, relativa às duas áreas de inserção que a sociedade propõe aos jovens, como são o caso do sistema educativo e do mercado de trabalho. Em relação à inserção produtiva, Vignoli (2001) explica que o traço da inexperiência característica da juventude implica numa desvantagem frente aos empregadores. Para a maioria dos jovens, o mercado de trabalho e a inserção laboral são fontes de aguda vulnerabilidade, tanto pelo desemprego, quanto pela colocação em trabalhos precários ou mal remunerados.

Quanto à redução da vulnerabilidade juvenil, Vignoli (2001) aponta como medidas o incremento da participação juvenil e a atuação setorial no processo de integração social ao qual os jovens procuram recorrer na sua transição para os papéis adultos e que as próprias políticas públicas procuram facilitar através de diversas iniciativas. Para isso, quatro dimensões são particularmente relevantes nessa linha de ação: a educação, o emprego, a saúde e a habitação.

## **2.3 Formação profissional e inclusão laboral juvenil no Brasil**

A inclusão laboral juvenil enfrenta desafios de diversas naturezas, pois não se trata apenas de elevar o adolescente ou o jovem à condição de trabalhador, mas de lhes garantir o direito à proteção especial, numa condição de trabalho que lhes confira direitos trabalhistas e previdenciários e o acesso à escola, conforme preconiza a Constituição Federal. Além disso, devem ser observadas a idade mínima e as condições em que essas atividades laborais serão desenvolvidas para que a inserção do jovem no mercado de trabalho não resulte numa inclusão laboral precária. Outro fator a ser levado em consideração diz respeito à conciliação do trabalho com a continuidade dos estudos, principalmente por parte daqueles jovens que ainda não concluíram a educação básica, isso porque os jovens estão justamente numa etapa de vida na qual um dos eixos fundamentais para a inclusão social é o vínculo entre educação e emprego (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL, 2014).

Em 2003, o Brasil assumiu junto à Organização Internacional do Trabalho, o compromisso com a promoção de uma agenda nacional comprometida com o trabalho decente. Ou seja, com um trabalho capaz de assegurar ao trabalhador uma vida digna, além de remuneração adequada e condições de igualdade, segurança e liberdade para o exercício de suas atividades laborais, visto a importância desse tipo de trabalho para a redução das desigualdades sociais, superação da pobreza, desenvolvimento sustentável e garantia de uma governabilidade de cunho democrático (Brasil, 2006).

No que diz respeito a uma inserção digna de trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro, as políticas públicas desempenham um importantíssimo papel numa realidade em que um dos vilões ainda é o desemprego, principalmente para o público juvenil. Embora no período de 2002 a 2013 a tendência tenha sido de queda na taxa de desemprego, inclusive para os jovens com idade entre 18 e 24 anos, para os quais a queda representou 10%, "o desemprego vem aumentando e os salários desacelerando" (Marra, Luz, Silva, & Gukovas, 2015, p.1).

Segundo esses autores, as Políticas Ativas de Emprego (PAEs) têm por objetivo promover a empregabilidade de pessoas que estão em busca de emprego, além de outros grupos vulneráveis. São políticas coordenadas nacionalmente, em sua grande maioria, pelo Ministério do Trabalho, subdividindo-se, principalmente, em programas de qualificação profissional, de incentivo ao empreendedorismo e à economia solidária, de intermediação de mão de obra, e de incentivos ao emprego. Neste último, estão incluídas políticas públicas como a “Lei do Aprendiz”, a “Bolsa Qualificação” e o “Abono Salarial” do PIS/PASEP, por meio das quais algumas empresas recebem incentivos fiscais para contratar ou manter trabalhadores formais, são incluídas cotas em benefício de trabalhadores em situações de vulnerabilidade e trabalhadores formais com estabilidade recebem complemento de renda. Outra forma de incentivo trata-se de subsídios às empresas para investirem em qualificação de funcionários, no lugar de demiti-los.

Especificamente no caso dos jovens, cabe ressaltar que o Estatuto da Juventude preconiza o seu direito “à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social” (Brasil, 2013, art. 14). Em consonância com esse dispositivo, os normativos legais da aprendizagem preveem direitos e garantias fundamentais ao aprendiz, no que diz respeito à sua atividade laboral junto às empresas contratantes.

A aprendizagem profissional está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) brasileiras, instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, no qual são estabelecidas as normas trabalhistas com vista a regulamentar as relações de trabalho, sejam elas individuais ou coletivas. É definida pelo Ministério do Trabalho em Emprego como

(...) um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica. (Brasil, 2014, p. 11)

Na consecução dos objetivos da aprendizagem profissional, as instituições formadoras têm papel fundamental ao implementar programas de aprendizagem que permitam ao aprendiz formação profissional metódica, concomitante à realização de suas práticas profissionais em empresas. Dentre essas, estão os Institutos Federais (IF's) criados, em 2008, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, responsável também por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promovendo uma mudança significativa na oferta da educação profissional pública e gratuita no Brasil.

Segundo Eliezer Pacheco (2011),

(...) O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (p. 20).

Os Institutos Federais estão presentes em todos os estados do território brasileiro e conta, atualmente, com mais de 650 unidades (*campus*) espalhadas por todo o país, conforme apontam dados recentes do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)<sup>5</sup>. No caso do Distrito Federal (DF), ente da federação brasileira organizado administrativamente em Regiões Administrativas (RA), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) tem dez *campi* distribuídos por diversas localidades. Em uma delas, a Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), cuja

---

<sup>5</sup> <http://portal.conif.org.br/ultimas-noticias/1037-carta-de-vitoria.html>, acessado em 09.08.2016.

sede urbana intitula-se Cidade Estrutural, está situado o *Campus* Estrutural, local desta investigação.

A Cidade Estrutural apresenta sérios problemas que vulnerabilizam socialmente a sua população, principalmente os jovens. Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2014), conforme estudo realizado em 2014, a maior parte da população da Estrutural ainda não concluiu o ensino fundamental, contribuindo para uma estagnação social, principalmente na área da educação (CODEPLAN, 2014). Para essa população, a profissionalização, aliada à elevação da escolaridade, passa a ser um diferencial para o jovem que vai em busca de seu primeiro emprego, principalmente se essa formação possibilitar a sua inserção no mercado de trabalho formal, dado o impacto que isso pode ter numa melhoria das condições de vida dessas pessoas, inseridas em um contexto social no qual a renda domiciliar é considerada baixa - cerca de 2,54 salários mínimos mensais, e a *per capita*, de 0,66 salários – de acordo com dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD referentes a 2015 (CODEPLAN, 2016).

### 3 METODOLOGIA

Para a operacionalização do trabalho de investigação, procedemos à realização de pesquisa de campo com uma dupla abordagem complementar entre procedimentos quantitativos e qualitativos visto que, de acordo com Triviños (1987), as pesquisas podem ser qualitativas e quantitativas, ao mesmo tempo:

A abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa, recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição. (p. 114).

A metodologia utilizada para o levantamento dos dados primários pautou-se pelo uso da técnica de inquirição por entrevista, “uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais” (Gil, 2008, p. 109). Nessa perspectiva, adotamos aqui a técnica de inquérito por meio de entrevista semiestruturada, por ser um tipo de entrevista que nos permite partir de certas perguntas formuladas com base na teoria levantada e nos objetivos estabelecidos (Triviños, 1987), sem que isso nos impossibilite de alterarmos a ordem das questões ou elaborarmos outras perguntas no momento da entrevista. Nesse tipo de procedimento, Triviños (1987) explica que o entrevistado, ao seguir espontaneamente a linha de seu pensamento e experiências vividas (mas dentro de um direcionamento dado pelo investigador), participa da elaboração do conteúdo da pesquisa.

A técnica de inquérito por meio de entrevista semiestruturada foi aplicada junto a uma amostra estratificada (por ano escolar e por conclusão com êxito) constituída por todos os ex-alunos que concluíram, com êxito, o Programa Jovem Aprendiz ofertado pelo *Campus* Estrutural, nos anos de 2013 e 2015. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 223) “a delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos e etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns (...)”. Nesse caso, a característica comum da população amostral referiu-se ao fato de todos os participantes terem concluído, com aprovação, o curso de aprendizagem profissional no período circunscrito. Esse recorte fez-se necessário para que fosse possível o alcance dos objetivos elencados nesta investigação.

Estabelecida a população amostral efetiva, constituída por dez jovens, sendo duas mulheres e oito homens, procedemos à realização das entrevistas. No entanto, durante essa fase sentimos a necessidade de, em complementaridade às informações fornecidas pelos ex-alunos, entrevistar também um dos professores que atuaram nos cursos de aprendizagem ofertados pelo *Campus* Estrutural pois, de acordo com Triviños (1987):

as ideias expressas por um sujeito numa entrevista, *verbi gratia*, imediatamente analisadas e interpretadas, podem recomendar novos encontros com outras pessoas ou a mesma, para explorar aprofundadamente o mesmo assunto ou outros tópicos que se consideram importantes para o esclarecimento do problema inicial que originou o estudo. (p. 137)

Assim, nesse caso específico, optámos por fazer uso da técnica de inquérito por meio de entrevista não estruturada, por ser uma forma de podermos explorar amplamente uma questão, por meio de perguntas abertas respondidas numa conversa informal (Marconi & Lakatos, 2003).

Para o tratamento dos dados primários, a metodologia utilizada foi a categorização das informações obtidas, após a transcrição e revisão das entrevistas a partir dos temas utilizados no guião de entrevista. Para tanto, recorreremos à análise de conteúdo, seguindo os procedimentos indicados por Bardin (1977). Para esta autora, o objetivo da análise de conteúdo (...) “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (p. 46):

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (...) (Bardin, 1977, pg. 103).

Assim, no intuito de atingirmos os objetivos deste trabalho de investigação, procedemos à codificação das entrevistas que constituíram o *corpus* da pesquisa e, logo em seguida, efetuámos o processo de categorização temática, tomando em conta fatores como a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade, a fidelidade e a produtividade (Bardin, 1977).

Para a categorização temática, utilizámos como unidade central temas/eixos sob os quais os discursos dos sujeitos participantes se organizaram. Pois, segundo Bardin (1977), o tema é “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (1977, p 105). No que diz respeito ao uso de recursos tecnológicos, aplicámos o software MAXQDA,<sup>6</sup> desenvolvido para auxiliar na análise de dados qualitativos e métodos mistos.

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os jovens sujeitos desta investigação estão numa faixa que varia de 19 a 24 anos de idade, num período de transição para a vida adulta, que, segundo Assaad e Krafft (2014, citados pela Organización Internacional del Trabajo, 2015) pode dividir-se, principalmente, em etapas inter-relacionadas como a educação, o trabalho e a formação de uma família. Para esses autores, o facto do jovem se sair bem em uma dessas etapas facilita o êxito na transição para a etapa seguinte. No entanto, esclarecem que as vias disponíveis para os jovens transitarem para cada um desses momentos variam de acordo com o seu contexto familiar, o nível social, o sexo e em função das instituições existentes. Embora os jovens entrevistados estejam numa faixa etária em que são considerados “jovens-jovem”, a realidade social de cada um deles não é homogênea, mas constituída por diferentes oportunidades e dificuldades.

Em relação ao alcance de melhorias das condições de vida pelos aprendizes, constata-se, por meio das entrevistas realizadas com a população amostral e em observação à legislação do Programa Jovem Aprendiz, que um ganho inicial para os jovens diz respeito à inserção profissional dos mesmos em uma condição de trabalho protegido, com a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários. Cabe destacar que antes de serem contratados como aprendizes, a maioria dos jovens (60%) estava desempregada e parte dela necessitava obter recursos financeiros, seja para sustento próprio ou para auxiliar na renda familiar. Nesse contexto, provavelmente, acabariam sendo “empurrados” para o mercado de trabalho em busca de uma renda, em uma realidade marcada pela informalidade.

Sobre isso, Costanzi (2009) chama-nos a atenção para o elevado grau de informalidade/precariedade existente no mercado de trabalho brasileiro, ainda mais proeminente

---

<sup>6</sup> MAXQDA - Distribution by VERBI GmbH. All Rights Reserved.



entre a juventude. De acordo com o autor, “essa elevada informalidade expressa uma situação de enorme vulnerabilidade, desproteção e falta de segurança social em relação às contingências como acidentes do trabalho, desemprego, e vislumbra uma trajetória problemática no tocante ao grau de proteção na aposentadoria” (p. 148).

A remuneração obtida pela maioria dos aprendizes que ainda residiam com seus pais ou parentes contribuiu para o desfogo no orçamento da família, além de ter facultado ao jovem a possibilidade de frequentar espaços de lazer, tais como cinemas, clubes, shopping, viajar, adquirir alimentos que antes não podia comprar, adquirir roupas e custear os estudos. Para os aprendizes, dentre os quais a remuneração representou o seu próprio sustento e de seus dependentes, a renda permitiu custear despesas básicas relacionadas à moradia, alimentação, higiene, vestuário, lazer e estudos, dentre outros, promovendo, mesmo que temporariamente, uma estabilidade financeira para o jovem, indo ao encontro de algumas conclusões integrantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

A renda é essencial para podermos aceder às necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas, também, para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida (PNUD, 2013, p. 25).

Na percepção dos jovens entrevistados, o Programa contribui para o alcance de melhorias das condições de vida dos aprendizes, seja as deles mesmos como de seus colegas de turma. Essas melhorias foram destacadas pelos jovens para além da dimensão monetária, fundamental ao custeio de necessidades básicas por uma significativa parcela de aprendizes.

Os participantes desta pesquisa também pontuaram a experiência profissional adquirida como facilitadora do acesso ao mercado de trabalho, a aprendizagem ao longo da vida, as melhorias advindas da transformação do jovem em um profissional. Destacaram ainda a aprendizagem como um meio para os jovens direcionarem o seu tempo livre para a aquisição de conhecimento, em contraposição a uma realidade em que uma parcela de juventude sucumbe à violência e à falta de oportunidades.

Embora não seja uma obrigatoriedade a efetivação dos aprendizes como empregados por tempo indeterminado, essa é uma expectativa que eles têm assim que finalizam os seus contratos de aprendizagem. Concomitantemente, um dos objetivos da aprendizagem profissional é ampliar as possibilidades de efetivação dos jovens pelo mercado de trabalho formal. Nessa perspectiva, verificamos empiricamente se os jovens participantes desta investigação tiveram ou não a sua contratação efetivada pela empresa, após o término do contrato de aprendizagem. Com base nas informações fornecidas pelos jovens entrevistados, verificamos que o percentual de estudantes que conseguiram se efetivar ou, ao menos, receberam uma proposta de emprego por prazo indeterminado (60%), foi superior ao percentual dos que não receberam nenhuma proposta de contratação (40%).

Ao inquirirmos os jovens sobre os fatores que poderiam ter contribuído para que as empresas manifestassem a intenção em contratá-los, após terem finalizado o contrato de aprendizagem, constatamos uma ênfase maior dada por eles às competências comportamentais e socio emocionais, tais como relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, compromisso, assiduidade, proatividade, trabalho em equipa, em detrimento das competências técnicas. Em apenas um caso foi citado o currículo profissional, seguido também da competência comportamental.

Em relação aos jovens que não receberam nenhuma proposta de emprego ao finalizarem o contrato de aprendizagem, também investigamos sobre os possíveis fatores que, segundo os aprendizes, poderiam ter contribuído para que isso não ocorresse. Os relatos mostram diferentes fatores para cada um dos gêneros (masculino e feminino). Para os dois jovens do sexo masculino, os motivos estão associados a uma possível desaceleração econômica no âmbito regional e nacional culminando, até mesmo, com a demissão de empregados efetivos ou com a indisponibilidade da empresa em contratar aprendizes como funcionários com carteira assinada; Já para as duas jovens

entrevistadas, a principal justificação foi associada ao estereótipo de gênero existente principalmente em profissões ditas masculinas, como é o caso da área da mecânica de autos, ou seja, pelo fato delas serem mulheres e estarem pleiteando uma vaga de emprego num espaço predominantemente masculino.

Ao compararmos a situação profissional dos aprendizes antes e após finalizarem o contrato de aprendizagem, constatamos que todos os jovens que estavam empregados ou na condição de estágio remunerado (40% da população amostral) receberam uma proposta para se efetivarem na empresa. Apenas um deles desistiu por razões particulares. Quanto aos jovens que estavam desempregados antes da contratação como aprendizes (60% da população amostral), a situação profissional permaneceu a mesma para 66,7% deles. Deste último grupo, somente dois jovens receberam uma proposta de contratação, mas um deles acabou desistindo por razões pessoais.

No tocante aos jovens que não conseguiram se efetivar, procuramos saber junto deles se obtiveram maior facilidade para conseguir um emprego formal, após o término da aprendizagem. Os resultados indicam que, embora os jovens tivessem uma qualificação na área da mecânica automóvel, bem como uma experiência profissional advinda do tempo em que permaneceram na condição de aprendizes, isso não foi suficiente para acederem novamente ao mercado de trabalho formal.

Para os entrevistados, a tentativa de entrar no mercado de trabalho formal continua a ser um grande desafio pois, mesmo que esses jovens se deparem com a disponibilidade de vagas na área, encontram diferentes barreiras para aceder-lhes, a depender do gênero e do local de residência. O preconceito de gênero também foi apontado pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL (2015) como uma das dificuldades encontradas por pessoas em situação de pobreza ou de vulnerabilidade ao procurarem empregos de qualidade.

De acordo com o relatório *A crise do emprego jovem: Tempo de agir*:

As disparidades de gênero persistem em todos os aspetos da crise do emprego jovem; todas as medidas de política precisam de integrar uma dimensão de gênero diferenciada na sua conceção e implementação, e associá-la com políticas mais amplas de promoção da igualdade de gênero (Organização Internacional do Trabalho, 2012, p. 123)

O contexto socioeconômico desfavorável e a situação familiar daqueles que já assumiram responsabilidades vinculadas à paternidade e a assunção de um matrimônio, por exemplo, faz com que a maioria desses jovens necessitem obter uma renda o mais rapidamente possível, tanto que metade deles já estava inserido na economia informal, quando os entrevistamos. Para esses jovens, tanto o desemprego quanto a recolocação profissional em trabalhos precários, são fontes de aguda vulnerabilidade como o é para a maioria dos jovens, conforme destaca Vignoli (2001), impactando negativamente nas suas condições de vida.

Ao nível institucional, a implementação de programas de Aprendizagem pelo Instituto Federal de Brasília, motivado inicialmente por um Acordo de Cooperação Técnica entre o IFB e o Ministério do Trabalho e Emprego, foi um passo fundamental para a integração da Aprendizagem na política de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC). Mormente, significou a oportunidade de uma maior aproximação ao mundo do trabalho, principalmente no alinhamento curricular da formação profissional (oferecida pela instituição, em especial o *Campus Estrutural*), às competências requeridas para o exercício da profissão. Além disso, propiciou o estreitamento de laços do IFB com o setor produtivo, parceria importantíssima para a execução dos cursos técnicos, conforme destaque feito pelo professor entrevistado ao referir-se às contribuições do Programa Jovem Aprendiz implementado pelo *Campus Estrutural*.

O IFB foi considerado pelos jovens desta investigação uma instituição de excelência e com profissionais altamente qualificados.

## 5 CONCLUSÃO

No decorrer do trabalho investigativo, constatamos a relevância que a aprendizagem profissional tem como uma política pública voltada para inserção laboral de jovens, fundamentalmente, ao

proporcionar o ingresso desse público no mercado de trabalho formal por meio de um contrato de trabalho especial, com a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários. Além do mais, engloba pelo menos duas dimensões fundamentais para a inclusão social do jovem que são o trabalho e a educação. É uma política ativa de emprego cada vez mais necessária numa realidade na qual a juventude se encontra bastante suscetível às oscilações econômicas e às mudanças no modo de produção. Isso mesmo pudemos constatar no depoimento de um dos jovens que avalia não ter sido contratado, após a conclusão da aprendizagem, em função da crise no setor automobilístico. Neste âmbito, refere a Organización Internacional del Trabajo:

El empleo de los jóvenes es ahora una prioridad en la agenda en varios países de las diferentes regiones, y a nivel internacional esto ha sido traducido en el desarrollo de una estrategia global para el empleo de los jóvenes y ha sido integrado en la Agenda 2030 para el desarrollo. Con un número creciente de iniciativas a nivel país que involucran varios actores e instituciones del sector público y privado, el enfoque debe ser ahora forjar colaboraciones para una mejor coherencia de las políticas y una coordinación efectiva del empleo juvenil (Organización Internacional del Trabajo, 2015, p. 5)

No entanto, não podemos olhar a aprendizagem profissional apenas como uma política pública isolada e que por si só dará conta da inserção laboral do jovem. Na maioria dos casos, esse objetivo foi atingido, como constatado nesta investigação. Mas, para outros, não significou a sua empregabilidade ao concluir o contrato de aprendizagem. Outras ações também são necessárias, como uma oferta adequada de equipamentos públicos comunitários<sup>7</sup> destinados à prestação de serviços públicos na área da educação, cultura, desporto, lazer, segurança pública, saúde e assistência social, dentre outros. Outro aspeto que também não podemos ignorar - e que pode ter implicações para uma maior ou menor empregabilidade dos jovens no mercado de trabalho brasileiro -, diz respeito à atual conjuntura socioeconômica e política do país e as medidas que serão adotadas no sentido de melhorá-la.

O contexto socioeconômico da maioria dos aprendizes participantes desta investigação é marcado por fortes desigualdades sociais. São fatores que trazem risco aos jovens e os vulnerabilizam socialmente, seja pela violência, equipamentos públicos precários, marginalização, exigindo respostas específicas por parte do Estado, por meio de políticas públicas adequadas ao atendimento dessas necessidades.

## 6 REFERÊNCIAS

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Brasil. (2006). Agenda Nacional de Trabalho Decente. Brasília: MTE.

Brasil. (2013). Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Acedido em 28 de agosto de 2016, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2013/Lei/L12852.htm)

Brasil. (2014). Manual da Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz (9º ed.). Brasília - DF: Assessoria de Comunicação do Ministério do Trabalho e Emprego.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL. (2015). Panorama Social de América Latina - Documento informativo. Santiago: Publicación de las Naciones Unidas.

CODEPLAN. (2014). Pesquisa Distrital por amostra de domicílios- SCIA/Estrutural - PDAD 2013/2014. Brasília: CODEPLAN.

CODEPLAN. (2016). Pesquisa Distrital por amostra de domicílios - SCIA/Estrutural - PDAD 2015. Brasília: CODEPLAN.

Costanzi, R. N. (2009). Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho.

---

<sup>7</sup> Conforme definição de equipamentos públicos constante do Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010.

- Freitas, M. V. (2005). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marra, K., Luz, J., Silva, J., & Gukovas, R. (2015). *Políticas Ativas de Promoção do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo no Brasil: ESTRUTURA, INOVAÇÕES E OPORTUNIDADES*. MTE; Banco Mundial.
- Organização Internacional do Trabalho. (2012). *A crise do emprego jovem: Tempo de agir*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho.
- Organización Internacional del Trabajo. (2015). *Tendencias mundiales del empleo juvenil 2015: promover la inversión en empleos decentes para los jóvenes / Oficina Internacional del Trabajo*. Ginebra: OIT.
- Pacheco, E. (2011). *Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Editora Moderna.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, Vol. 25, pp. 139-165.
- Pappámikail, L. (2011). A adolescência enquanto objecto sociológico: notas sobre um resgate. In Pais, J. M., Bendit, R., Ferreira, V. S. (Orgs.). *Jovens e rumos.*, 81-97.
- PNUD. (2013). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Acedido em 26 de março de 2016, disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf)
- Triviños, A. N. (1987). *Introdução à Pesquisa em ciências Sociais - A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Vignoli, J. R. (2001). *Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes*. CEPAL – SERIE Población y desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL.